

## A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA ECONÔMICA E O DESEMPREGO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2020

Giovano Bortolin<sup>1</sup>  
Stephan Sawitzki<sup>2</sup>

**Resumo:** É totalmente plausível supor que a condução da economia em um país guarda relações próximas com o desenvolvimento do emprego e do mercado de trabalho desta nação. Muitas, se não todas as decisões de âmbito econômico tomadas pelos governos trazem em suas justificativas os efeitos em relação a redução do desemprego, maior qualidade do trabalho ou ainda a melhoria da produtividade da população. Na história recente do Brasil, inúmeros foram os acontecimentos no âmbito da política econômica que modificaram as relações entre os agentes econômicos. Assim sendo, o presente trabalho se propôs a investigar os impactos da condução da política econômica no desemprego e em dados relacionados a ele no Brasil entre os anos de 2001 e 2020. Os principais resultados alcançados mostraram uma associação relevante entre a condução da política econômica e indicadores relacionados ao desemprego no Brasil, trazendo mudanças importantes no desenvolvimento da economia brasileira durante o período mencionado.

**Palavras-chave:** Desemprego. Política econômica. Economia Brasileira.

### INTRODUÇÃO

É inegável a importância do estudo dos aspectos econômicos presentes em cada país ou região. Tão importante quanto isso, é olhar para as inúmeras variáveis e particularidades que se interligam e se afetam entre si. É também imprescindível que se dê o devido trato histórico e estatístico a isso, levando-se em conta que cada ação e medida tomada no contexto econômico irá afetar, em maior ou menor medida, no curto ou no longo prazo, outras variáveis, áreas e setores da sociedade. Neste interim, poucos são os assuntos que recebem tamanha atenção quanto os que tratam de emprego e trabalho - ou da falta deles -, pois tais temas não levam em consideração apenas o contexto econômico, mas também o social, o político e o cultural.

No Brasil, inúmeros são os fatores influentes nas relações de trabalho. Na história do país, podem ser relacionadas várias situações neste contexto, entre elas: as tentativas de industrialização nacional forçada e os inúmeros planos econômicos desenvolvidos nos últimos

---

<sup>1</sup> FAHOR, Graduação em Ciências Econômicas. PUCRS, Mestrado em Economia do Desenvolvimento. E-mail: gb002793@fahor.com.br

<sup>2</sup> FAHOR, Curso de Ciências Econômicas, Horizontina-RS, Brasil E-mail: sawitzkistephan@fahor.com.br

50 anos; as políticas de protecionismo nacional implantadas na “Era Vargas” e o “Milagre Econômico” ocorrido no regime militar; o Plano Real, o Tripé Macroeconômico e a Nova Matriz Econômica. Cabe observar, ainda, que muitos acontecimentos externos, como conflitos ocorridos em outros países, também causaram mudanças tão importantes quanto estas citadas. Ainda que em épocas distantes, as imigrações estrangeiras durante as duas Guerras Mundiais, por exemplo, são casos claros de ações externas que tiveram enorme relevância para a sociedade brasileira.

Portanto, é fácil presumir que as diversas mudanças econômicas na história recente tiveram enormes reflexos nas estruturas de emprego no Brasil. Desta forma, o tema desta pesquisa buscou investigar as relações entre as diversas nuances e contextos da economia brasileira com o desemprego no país nos anos compreendidos entre 2001 e 2020.

O objetivo geral deste estudo é entender de que forma a condução da política econômica afetou a taxa de desemprego e outros dados correlacionados no Brasil, entre os anos de 2001 e 2020. Para tanto, analisou-se a situação econômica brasileira no período de análise e buscou-se identificar se há relação de causalidade entre a condução político-econômica e a taxa de desemprego no Brasil nos últimos dez anos.

## **1 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Esta seção apresenta a contextualização e os resultados obtidos pela pesquisa proposta, através do esclarecimento do contexto histórico, econômico e político das mudanças ocorridas no período estudado, por meio de explanação bibliográfica e da exposição e análise de gráficos.

### **1.1 MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo utilizou procedimentos históricos e comparativos, pois tentou analisar a condução da política econômica e o desemprego no Brasil atual, contextualizando-o a partir de dados históricos econômicos compreendidos entre os anos de 2001 a 2020, buscando, ao comparar e relacionar estes elementos, se os mesmos têm referência com o nível de desemprego brasileiro. O método histórico preocupa-se em estudar o passado na sua forma atual, para compreendê-lo e entender de que forma ele irá interferir no presente e no futuro. (SEVERINO, 1993).

O método comparativo, por sua vez, realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e divergências, permitindo analisar dados concretos, deduzindo elementos constantes, abstratos e gerais. (MARCONI; LAKATOS, 2001). Neste contexto, os dados analisados neste estudo foram a relação de fatores econômicos com a taxa de desemprego brasileira, entre os anos de 2011 e 2020.

As técnicas de pesquisa e coleta de dados consistirão como bibliográficas e documentais. Conforme Marconi e Lakatos (2001), a pesquisa bibliográfica expõe a literatura previamente publicada em artigos, revistas e livros, tendo por finalidade proporcionar contato com o conteúdo já disponível sobre o assunto. A pesquisa nesta forma tem relevância porque, como citado anteriormente, este trabalho utilizou dados estatísticos consolidados e tentou relacioná-los à taxa de desemprego brasileira.

Os dados acerca do desemprego, bem como os que se inserem nos contextos macroeconômicos e microeconômicos foram apanhados principalmente em plataformas oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central Brasileiro, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, entre outros.

## **1.2 A CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA PÓS PLANO REAL**

Como sabido, a política econômica adotada por um país visa alcançar objetivos pré-definidos para o desenvolvimento socioeconômico. Orçamento público, tributação, taxa de juros e o mercado de trabalho são as variáveis mais comuns neste contexto. No Brasil, os principais instrumentos utilizados na condução econômica são a política monetária, que controla a quantidade de moeda em circulação, a política cambial, que busca administrar a taxa de câmbio do país, e a política fiscal ou orçamentária, que almeja o equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

### **1.2.1 O Tripé Macroeconômico**

Em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Banco Central implementou três elementos chave na condução macroeconômica: o câmbio flutuante, as metas de inflação e o controle fiscal. Assim, nascia o chamado Tripé Macroeconômico, então já utilizado em alguns países desenvolvidos. No que diz respeito ao câmbio, antes de 1999 o Brasil adotava o câmbio fixo, quando a taxa cambial é definida artificialmente pelo governo.

Mais especificamente, o modelo brasileiro utilizava bandas cambiais, isto é, o câmbio não era totalmente imóvel, mas variava dentro de uma cotação máxima e uma cotação mínima pré-definidas. No início do Plano Real, o valor do Real tinha paridade de 1 para 1 com o Dólar, isto é, não sofria variações. O câmbio, sem interferências externas do mercado, auxiliou no processo de estabilização da inflação – principal objetivo do Plano Real – permitindo também uma maior entrada de produtos importados no país. (SILVA, 2016)

A partir de então, a dinâmica da economia mudou, e passou-se a observar uma interferência constante do câmbio no dia-a-dia da economia. A confiança dos agentes econômicos nas políticas e na economia do país, representada principalmente pela entrada de investimentos estrangeiros diretos e indiretos, é a principal catalizadora das variações na taxa de câmbio. Cabe frisar que o Banco Central, em momentos de maior turbulência, pode atuar no mercado de câmbio buscando amenizar as variações da moeda local em relação ao exterior. Essa atuação se dá, principalmente, via OpenMarket, que nada mais é do que negociações de compra e venda de títulos públicos entre o Banco Central e instituições financeiras, visando a maior ou menor circulação de moeda dentro do país. (SILVA, 2016)

A respeito da inflação, antes de 1999, seu controle se dava através do câmbio, que, como já pontuado, era artificialmente controlado. Por exemplo, para induzir os produtores brasileiros a baixar seus preços, o Banco Central podia desvalorizar a moeda nacional para fazer com que produtos importados ficassem mais baratos e, conseqüentemente, mais atraentes para os consumidores, forçando, assim, uma redução nos preços através de uma concorrência mais desafiadora. Isso, no entanto, representava também prejuízos às empresas exportadoras, pois as mesmas também acabavam sendo obrigadas a reduzir seus preços se quisessem fazer frente aos concorrentes internacionais, influenciando, assim, a balança comercial do país. (ALMEIDA, 2018)

Desde a instituição do Tripé Macroeconômico, no entanto, o CMN define um valor central como meta para a inflação medida pelo IPCA, tolerando 1,5 pontos percentuais para mais ou para menos como valores aceitáveis. Dito isso, o Banco Central é responsável, via política monetária, por buscar a manutenção da inflação dentro desta faixa previamente definida e, para isso, faz uso principalmente da taxa básica de juros brasileira, a Selic (acrônimo de Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). A Selic influencia todas as demais taxas de juros de empréstimos cobrados por instituições financeiras e também as remunerações pagas aos investidores de Títulos Públicos, da Caderneta de Poupança e de outros produtos. (ALMEIDA, 2018)

A meta de controle fiscal era o último integrante do Tripé Macroeconômico. Conhecida também como meta de superávit fiscal, ela ainda hoje é definida pelo Congresso Nacional, através da Lei Orçamentária Anual (LOA). Simplificando, a meta fiscal busca limitar quanto o governo pode gastar por ano em serviços públicos, pagamento de salários, investimentos e outras despesas vinculadas ao funcionamento do governo. Sendo assim, seu objetivo é de que o governo federal alcance um superávit primário, isto é, que gaste menos do que arrecade. (ALMEIDA, 2018)

Ainda no ano de 2000, foi criada a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que regulamenta a utilização de recursos públicos através de mecanismos que visam o controle de gastos nos entes federativos, respeitando limites de despesas e cumprindo metas orçamentárias, buscando a manutenção do equilíbrio nas contas públicas. (TESOURO NACIONAL, 2020)

O Tripé Macroeconômico vigorou, em teoria, até o final de 2010, isto é, ao final do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Todavia, ainda em meados de 2008, quando a crise mundial passou a afetar o Brasil com mais contundência, o governo já deu sinais que iniciaria ali uma atuação mais ativa do Estado sobre a economia. A flexibilização, especialmente na política fiscal, possibilitou o início de investimentos públicos massivos em infraestrutura, que se tornaram uma espécie de prioridade no orçamento federal.

### **1.2.2 Nova Matriz Econômica**

Assim chamada a condução da política econômica a partir do início do governo de Dilma Rousseff, em 2011, a Nova Matriz Econômica foi uma série de medidas heterodoxas que vigoraram até meados de 2015. Neste modelo, de políticas anticíclicas que, na época, representaram políticas fiscal e monetária expansionistas, a intervenção estatal na economia se intensificou, principalmente por meio de considerável aumento no gasto público em investimentos, programas sociais e estímulos econômicos e também via oferta de crédito a partir, principalmente, de empresas e bancos estatais. (REIS, 2020)

Desonerações fiscais e tributárias à indústria e a outros setores considerados mais relevantes também se fortaleceram, e a desvalorização cambial foi vista como ponto chave ao fortalecimento da indústria e aumento da competitividade interna em relação aos produtos importados. Sendo assim, o objetivo a partir daí era o estímulo da economia tendo o Estado como principal agente, o chamado desenvolvimentismo. (REIS, 2020)

A nova ordem econômica, entretanto, não gerou a melhora esperada na eficiência da economia brasileira. A produtividade não aumentou, sendo este fato um dos vetores da escalada inflacionária que se viu a partir de então, juntamente a redução artificial na taxa básica de juros através da influência exercida pelo governo sobre o Banco Central. Como o aumento no gasto público e o PIB não crescendo como esperado, também a relação dívida pública/PIB passou a crescer de forma exponencial. A partir de 2013, o superávit fiscal, uma das âncoras do Tripé Macroeconômico, não mais foi alcançado.

Para Reis (2020), o controle nos preços afetou, em especial, empresas estatais como a Petrobrás, que por algum espaço de tempo precisou vender parte de seus produtos abaixo do custo de produção para poder arcar com a política de preços definida pelo governo. O setor elétrico, muito exposto a regulação por atuar quase na sua totalidade por meio de concessões do Estado, também viu suas atividades serem profundamente afetadas e reguladas pelo governo. No período, também o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acabou ficando marcado pelo forte uso político, através dos já citados subsídios a determinados setores econômicos e também a empresas consideradas pelo Governo Federal como indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil.

### **1.2.3 A política econômica a partir de 2015**

A partir de 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff na Presidência do país, quando as diretrizes da Nova Matriz Econômica foram, em parte, revogadas – a situação econômica encontrava-se a beira do insustentável – observou-se uma escalada nos preços no setor energético e de combustíveis, que, durante anos anteriores, haviam “segurado” artificialmente os preços em patamares mais baixos do que seria o natural por determinação do governo. O fim destas amarras nos preços de mercado resultou em elevação generalizada de preços, fazendo com que a inflação alcançasse a casa dos dois dígitos.

Ocorreram, a partir de então, diminuição nos investimentos públicos e alta na taxa básica de juros. A taxa Selic, que havia alcançado o patamar mínimo histórico de 7,25% em 2012, voltou ao maior nível em 10 anos: 14,25% em 2015. A partir do impeachment de Dilma Rousseff e o início do governo de Michel Temer, políticas econômicas austeras e amigáveis ao mercado foram implementadas, tendo como objetivos a modernização das relações econômicas, por meio da diminuição da interferência do Estado na economia, a flexibilização das leis trabalhistas e outras desregulamentações econômicas importantes. (BANCO CENTRAL, 2021)

Talvez a principal medida fiscal desde o Plano Real, o Governo Temer conseguiu aprovar junto ao poder Legislativo, em 2016, a Emenda Constitucional 95, o Teto de Gastos, como ficou conhecido o conjunto de ações propostas com a medida. Estas normas fiscais, previstas para terem duração de 20 anos, podendo ter suas regras revistas em 2026, tem como objetivo limitar o acúmulo e crescimento do déficit fiscal brasileiro, limitando gastos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ao crescimento da inflação medida pelo IPCA no período. Gastos em saúde e educação até podem crescer mais do que a inflação, porém para isso devem ocorrer cortes em outras áreas. (BLUME, 2021)

A medida foi catalizadora de um aumento da confiança dos agentes domésticos e estrangeiros na economia brasileira, bem como de uma estruturação mais eficiente do Estado, mesmo que de forma limitada. A partir daí, viu-se uma redução relativamente sustentável na inflação, que voltou a rondar o centro da meta estabelecido pelo CMN, e também na taxa básica de juros, a Selic, que atingiu novos patamares mínimos.

Em 2017, foi aprovada a Reforma Trabalhista, detalhada anteriormente, que teve como consequência uma diminuição considerável nos custos da Justiça do Trabalho brasileira. Em outubro de 2019, já no governo de Jair Bolsonaro, foi a vez da Reforma da Previdência ser aprovada pelo Congresso, por meio da Emenda Constitucional 103. A medida alterou várias normas que dizem respeito do acesso ao benefício previdenciário, fixando, entre outras coisas, idade mínima para aposentadoria tanto no setor privado como no público, e um teto, isto é, um limite máximo para o valor que o aposentado pode receber via INSS.

### **1.3 A RELAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA COM O DESEMPREGO**

O desemprego se manifesta de inúmeras maneiras, em diferentes países, regiões e economias. Não há consenso sobre a melhor forma de combatê-lo e de diminuí-lo, muito menos é fácil manter a taxa de desemprego num nível considerado natural, que é quando uma nação atinge o chamado “pleno emprego”. Assim sendo, tentou-se, nesta pesquisa, encontrar relações entre a condução da política econômica e a taxa de desemprego brasileira nos últimos 20 anos.

#### **1.3.1 Taxa de desemprego**

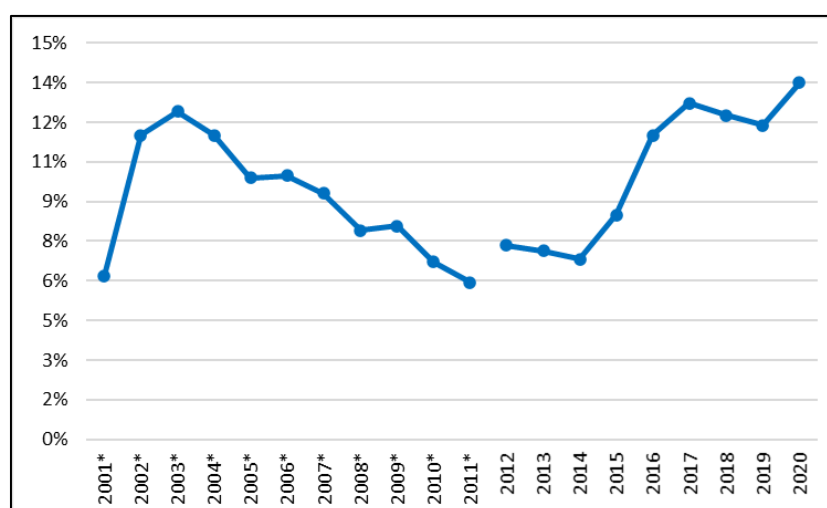
A taxa de desemprego de um país refere-se à medida do número de pessoas desempregadas em determinado período de tempo. Esse número é obtido estatisticamente, a

partir do total de pessoas que buscam emprego naquela nação. No Brasil, quem faz tal medição é o IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), desde 2012, e da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), que vigorou até 2016.

A taxa de desemprego é medida como a porcentagem da população na força de trabalho que está desempregada. Por força de trabalho, o IBGE considera as pessoas em idade para trabalhar (acima de 14 anos), desempregados (ou desocupados) empregados (ou ocupados), trabalhando horas suficientes ou não.

Através da trajetória no gráfico, pode-se perceber que a taxa de desemprego do Brasil é a mais alta dos últimos 20 anos. Enquanto esteve na faixa dos 6% nos anos de 2001 e 2011, fechou 2020 em 13,5%, o que representa mais de 14 milhões com condições de trabalharem sem emprego.

Figura 1: Taxa de desemprego no Brasil, entre 2001 e 2020



Fonte: Adaptado de IBGE (s. d.).<sup>3</sup>

Entre os anos de 2003 e 2011, percebe-se uma constante queda no desemprego brasileiro. Entretanto, a trajetória do indicador sofre mudança de igual constância a partir de 2014. Assim, vê-se um encontro entre os dados históricos apresentados e os períodos de vigência do Tripé Macroeconômico (1999-2010) e da Nova Matriz Econômica (2011-2015), e, também, em 2017, quando políticas relativamente pró-mercado foram implementadas e

<sup>3</sup> Entre 2001 e 2011, no cálculo, realizada através da PME, eram consideradas as pessoas com mais de 10 anos. Após 2012, na PNAD Contínua, são consideradas as pessoas com 14 anos ou mais.



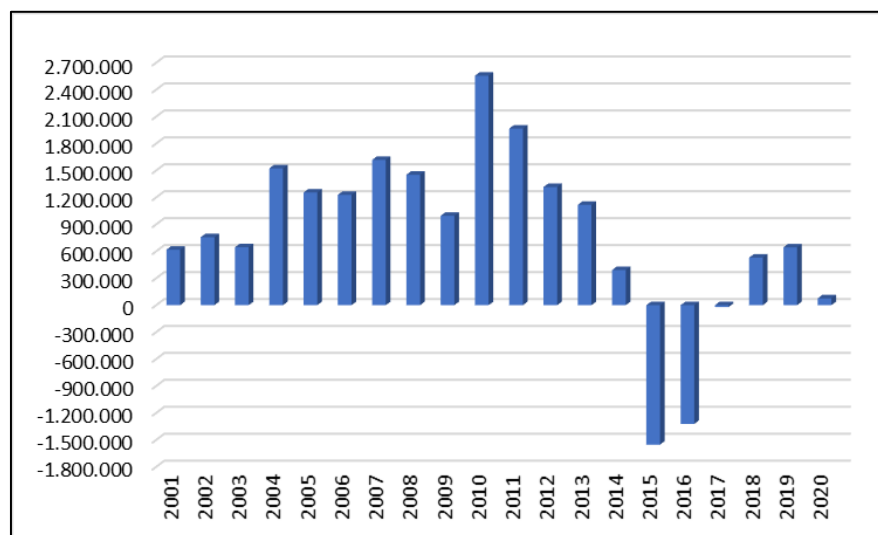
novamente viu-se o início de uma redução no número de brasileiros desempregados. Em 2020, na esteira da pandemia da Covid-19, novamente percebe-se um aumento na taxa de desemprego do Brasil.

### 1.3.2 Criação de vagas de trabalho

A abertura e o fechamento de vagas de emprego formal, por sua vez, são medidos, no Brasil, pelo CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego. A partir do gráfico que se segue, outra vez constata-se duas trajetórias distintas entre 2001 e meados de 2011 e entre 2012 e 2016.

Enquanto no primeiro intervalo o saldo de criação de vagas de emprego é regularmente positivo, com média superior a 1,3 milhões de vagas abertas por ano, entre 2012 e 2017 a média cai para um saldo negativo médio de 12 mil por ano, ou seja, neste período, foram fechadas mais vagas de trabalho do que foram abertas. Em 2015 e 2016, o saldo fechou negativo em 1,5 e 1,3 milhões de oportunidades, respectivamente. Uma recuperação é vista a partir de 2018.

Figura 2: Saldo de criação de vagas de trabalho formal<sup>4</sup>, entre 2001 e 2020



Fonte: Adaptado de Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED (2021).

Tais trajetórias no indicador são reflexos dos momentos econômicos vividos no Brasil em cada período. A abertura de empresas e de novas vagas de trabalho naturalmente têm uma

<sup>4</sup> Ocupação trabalhista com Carteira de Trabalho assinada. Empresários e autônomos também são considerados neste indicador.

relação positiva com a segurança e os incentivos nas esferas fiscal, política e jurídica que a população tem para empreender. Desta maneira, este parâmetro se mostra um bom termômetro para que se analise a efetividade das políticas econômicas.

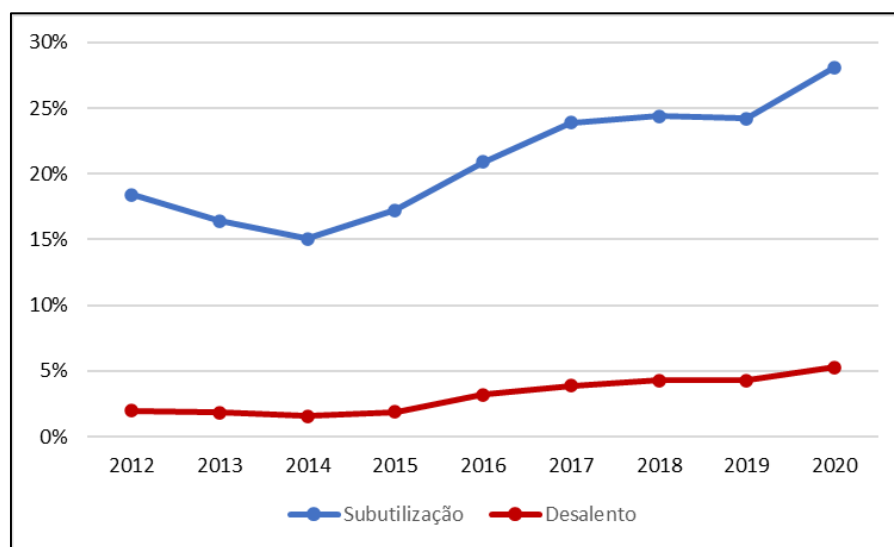
### **1.3.3 Subutilização e desalento**

Retomando os conceitos, a “subutilização do trabalho”, parametrizada como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda, considera pessoas dentro e fora da força de trabalho. Por “dentro da força de trabalho”, leva-se em conta os empregados, mas subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, que são pessoas com jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, que gostariam de trabalhar mais horas e estavam disponíveis para isso, e os desempregados.

Por “fora da força de trabalho”, considera-se os integrantes do grupo “força de trabalho potencial”, onde se incluem as pessoas que buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis, e as pessoas que não buscaram trabalho, mas estavam disponíveis. Neste último grupo, estão ainda os “desalentados”, que, resumidamente, são pessoas que gostariam de trabalhar, porém não procuraram trabalho por acharem que não o encontrariam.

Diferentemente dos dados observados apreciados anteriormente, o número de pessoas subocupadas e desalentadas só passou a ser medido a partir de 2012, pelo PNAD Contínua. Os parâmetros são medidos em porcentagem da população na força de trabalho. Como observado no parágrafo anterior, na taxa de subutilização de trabalho está incluída a taxa de desalentados. A partir do gráfico, vê-se uma trajetória de aumento considerável nestas duas péssimas condições de vida. A taxa de pessoas em situação de subutilização da força de trabalho cresceu praticamente 53%, enquanto a taxa de pessoas desalentadas cresceu mais de 167% nos 9 anos possíveis de se avaliar.

Figura 3: Pessoas em situação de subutilização do trabalho e desalentadas, entre 2012 e 2020.



Fonte: Adaptado de IBGE (s. d.).

Os indicadores sugerem as dificuldades dos trabalhadores diante do cenário econômico complicado, principalmente nos primeiros três anos da avaliação e em 2020, na esteira da pandemia. Entender os motivos de tal aumento não é tarefa fácil, porém parecem guardar relações com a taxa de desemprego e com o número de aberturas e fechamentos de vagas de trabalho, observadas anteriormente. Num momento economicamente conturbado, onde o aumento nas demissões e a diminuição nas contratações, isto é, onde menos oportunidades de emprego são oferecidas, tornam mais presente o sentimento de incapacidade de encontrar trabalho.

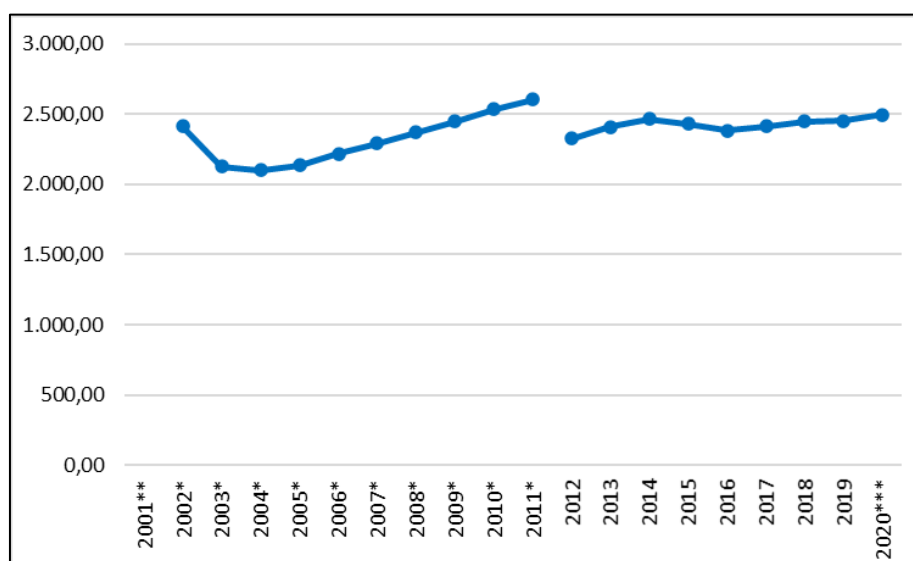
### 1.3.4 Rendimento médio do trabalhador

A respeito da renda dos trabalhadores, nota-se, novamente, dados divergentes entre os primeiros 13 primeiros anos analisados e os últimos sete. Com exceção de 2002, 2003 e 2004, os demais anos até 2014 mostraram um crescimento nos rendimentos reais mensais médios provindos do trabalho principal das pessoas. O valor médio recebido em 2014 só foi novamente alcançado em 2020. No período entre estes anos, o valor decresceu em 2015, 2016 e 2017 em comparação aos anos anteriores, e só voltou a crescer a partir de 2018.

O crescimento no salário médio real, entretanto, é lento. Entre os 19 anos observados, o valor cresceu apenas 3,36%. Cabe a observação de que a alteração na metodologia de

cálculo e nas idades contempladas pelo IBGE entre 2011 e 2012 fazem com que a trajetória do indicador se torne discrepante, não podendo-se, assim, afirmar com exatidão o real curso do indicador. O principal objetivo, no entanto, é observar a insistente diferença entre o período em que vigorou o Tripé Macroeconômico e o período que a Nova Matriz Econômica foi instituída.

Figura 4: Rendimento mensal médio recebido do trabalho principal por trabalhador, entre 2002 e 2020, em Reais de março de 2020



Fonte: Adaptado de IBGE (s. d.).<sup>5</sup>

### 1.3.5 Produtividade do trabalho e dos fatores de produção

Um bom nível de produtividade do trabalho é elemento-chave na produção nacional e no nível de riqueza do país. Entretanto, o Brasil sempre foi conhecido por sua baixa produtividade em comparação a outros países, especialmente as grandes economias mundiais.

No gráfico que segue, pode-se constatar que a produtividade do trabalho brasileira por hora trabalhada aumentou muito pouco nos últimos 20 anos, chegando a registrar redução entre 2013 e 2019. Também, pode aqui ser feita uma relação entre a queda na produtividade brasileira e o período em que o país começou a sofrer os efeitos da heterodoxia da Nova

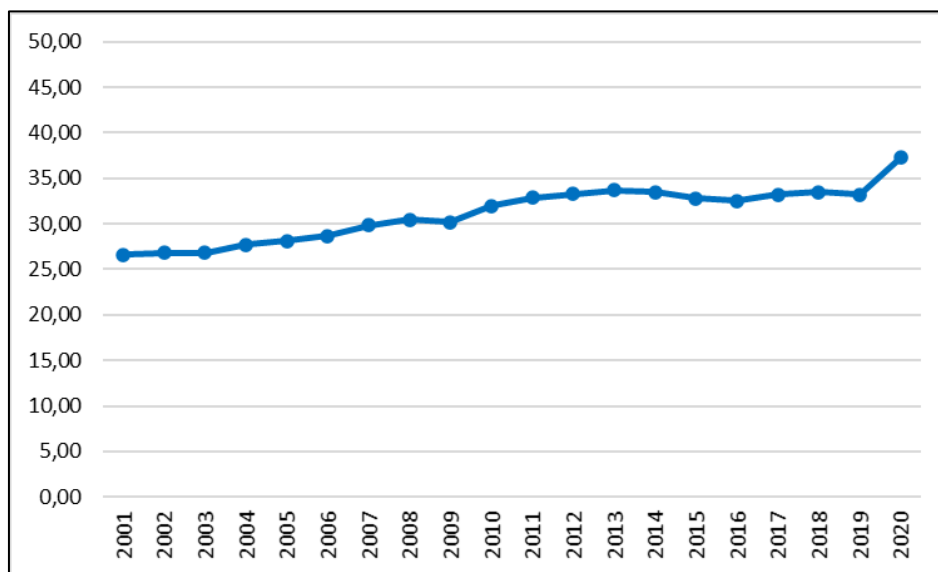
<sup>5</sup> Nota (\*): Entre 2002 e 2011, no cálculo, realizada através da PME, eram consideradas as pessoas com mais de 10 anos. Após 2012, na PNAD Contínua, são consideradas as pessoas com 14 anos ou mais. A metodologia de correção de preços também foi alterada, gerando, dessa forma, a discrepância entre 2011 e 2012.

Nota (\*\*): Não foram obtidos dados para 2001.

Nota (\*\*\*) : Para 2020, foi obtido apenas o valor do primeiro trimestre.

Matriz Econômica. Nota-se, de forma curiosa, um aumento na produtividade no ano de 2020, o que pode ser resultado de aumento da eficiência do trabalho e dos fatores de produção (gráfico seguinte) a partir da necessidade de diminuição de custos, de redução no quadro de funcionários e do trabalho remoto durante os períodos de isolamento.

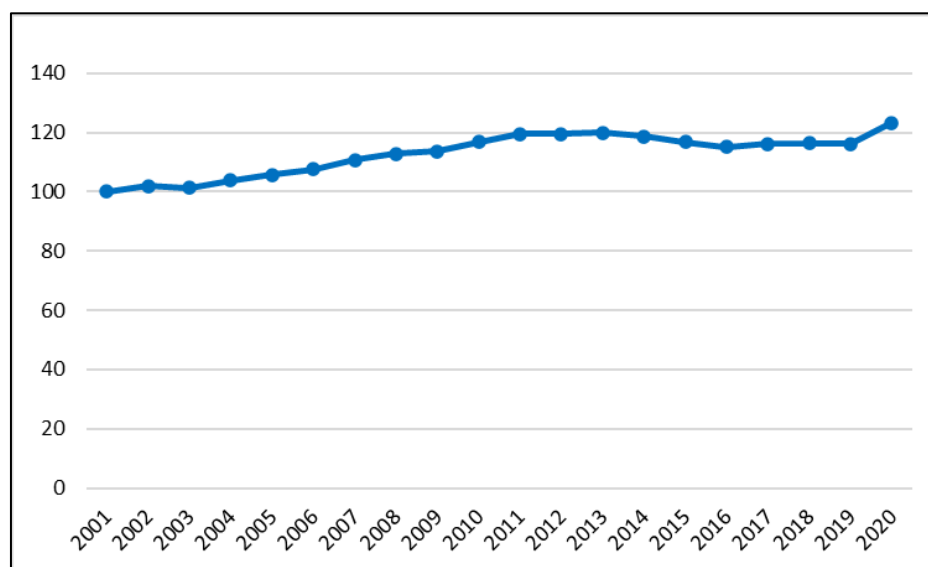
Figura 5: Produtividade total do trabalho, por horas trabalhadas, entre 2001 e 2020, em R\$ de 2018.



Fonte: Adaptado de FGV/IBRE (s. d).

A produtividade dos fatores de produção, que permite avaliar o grau de eficiência com que são utilizados os recursos produtivos (especialmente mão de obra, capital, matéria prima e tecnologia), registrava uma trajetória de alta constante desde 2001, se estabilizou e passou a cair também a partir de 2013, indicando uma queda mais acentuada especialmente até 2016, quando novamente se estabilizou até 2019.

Figura 6: Produtividade total dos fatores de produção, por horas trabalhadas, entre 2001 e 2020 (2001 = índice 100)



Fonte: Adaptado de FGV/IBRE (s. d.).

Em comum, tanto na produtividade do trabalho como na produtividade dos fatores de produção retratada no gráfico a seguir, pode ser vista que a trajetória de crescimento regular e sustentado, ainda que baixo, durante toda a década de 2010 e até o biênio 2012-2013, quando o crescimento é interrompido. Em ambos os casos, o nível máximo de produtividade só foi alcançado novamente em 2020, quando, como citado, as relações de trabalho foram enormemente distorcidas a partir da pandemia da Covid-19.

## CONCLUSÃO

É claro que um universo maior de dados relacionados ao tema proposto poderia ser analisado, trazendo mais clareza sobre a concreta relação entre as políticas econômicas que vigoraram no Brasil e a taxa de desemprego do país, ou em relação a todo seu mercado de trabalho. As estatísticas do desemprego aqui apresentadas podem, contudo, guardar relação com as políticas econômicas adotadas em cada período.

Considerando isto verdade, os efeitos das distorções causadas pelo dirigismo estatal na economia durante a vigência da Nova Matriz Econômica, através de subsídios a setores e empresas, controle de preços, regulações e aumento no gasto público – gerando inflação e consequente perda de valor monetário – trouxeram resultados até surpreendentemente rápidos

em relação ao que normalmente é visto, já que os reflexos de mudanças estruturais como estas com frequências são perceptíveis apenas no longo prazo.

Ao contrário, as políticas economicamente ortodoxas vistas na primeira década deste século, quando vigorou o Tripé Macroeconômico, e, com menos intensidade, a partir de 2016, mostraram-se resilientes na melhora dos indicadores socioeconômicos alcançados pelo Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João A. Tripé macroeconômico: Descubra o que é e como ele teve início no Brasil. Suno Artigos, 2018. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/tripe-macroenomico/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cotações e boletins. s. d. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>> Acesso em: 7 de setembro de 2021.

BLUME, Bruno A. Tripé macroeconômico: o que é. Politize, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA - Pesquisa Mensal de Emprego - PME. s. d. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pme/tabelas>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T. s. d. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Evolução de Emprego do CAGED – EEC. 2021. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

REIS, Tiago. Nova Matriz Econômica: entenda o que é e como ela funcionou. Suno Artigos, 2020. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/nova-matriz-economica/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Gustavo. Tripé macroeconômico: o que é. Politize, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/tripe-macroeconomico-o-que-e/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

TESOURO NACIONAL. Lei de Responsabilidade Fiscal. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/execucao-orcamentaria-e-financeira/lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.